



3 e 4 de dezembro

III Encontro

de Educação, Direitos Humanos,
Gênero e Sexualidade

AFETIVIDADE ENTRE MULHERES: AMOR VERSUS DOGMAS RELIGIOSOS NO CONTEXTO DE UMA PENITENCIÁRIA FEMININA

Ana Maria Alves de Miranda¹

Rita Cristiana Barbosa²

INTRODUÇÃO

A motivação para a realização desta pesquisa foi fruto das minhas observações e inquietações pessoais quanto a forma desrespeitosa que missionárias da assistência religiosa tratam as reeducandas LGBTQIAPN+ no advento da assistência religiosa. Trabalhando há anos como Policial Penal no Presídio Feminino em João Pessoa, presenciei no meu cotidiano, abordagens religiosas homofóbicas que perpassam pelo racismo religioso, fomentando a hostilidade entre as reeducandas evangélicas contra mulheres de outras crenças religiosas historicamente subalternizadas, a exemplo do candomblé e umbanda. De acordo com (Foucault, 1975), uma espécie de punição sutil. Essas pregações invasivas, ferem a dignidade humana das internas. Dessa inquietação vêm a questão problema dessa investigação: como esses tipos de abordagens projetam julgamento, culpa, dor e castigo sobre o corpo e o comportamento feminino?

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo descritiva e de campo. O recorte para este trabalho traz as narrativas de cinco mulheres encarceradas e suas percepções sobre a assistência religiosa no cárcere. O método de análise é a Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Os dados foram organizados em categorias de análises e interpretados a luz de autores que estudam as questões do proselitismo e diversidade, além de documentos e legislação vigente sobre a assistência religiosa e das questões de gênero.

¹ Graduanda de Licenciatura em Ciências das Religiões - UFPB. Email: anamirandda@gmail.com

² Professora Doutora do Departamento de Ciências das Religiões - UFPB. Email: rcrisbarbosa@yahoo.com.br

Objetivos

Neste estudo refletiremos a partir das narrativas da reeducandas, as práticas desrespeitosas da assistência religiosa. Teve por objetivo analisar as abordagens religiosas explicitamente fundamentadas em ideologias homofóbicas e racistas. Bem como identificar as motivações e impactos que levam mulheres encarceradas a se submeterem a estas abordagens religiosas desrespeitosas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi delineada de forma a atender ao objetivo geral: analisar as abordagens religiosas explicitamente fundamentadas em ideologias homofóbicas, racista e patriarcal na penitenciária em que trabalho. Como objetivos específicos tem-se: identificar as motivações que levam mulheres encarceradas a se submeterem a estas abordagens religiosas. O recorte empírico é a Unidade Prisional Feminina Maria Júlia Maranhão, no município de João Pessoa-PB, onde foi desenvolvido uma pesquisa de campo, durante os anos de 2024 e 2025. Os instrumentos de coleta e dados foram as observações sistemáticas da assistência religiosa no cotidiano prisional e entrevistas semiestruturadas com as internas, além de uma revisão bibliográfica e análises de depoimentos e documentos oficiais. Essa técnica inclui legislação, livros, artigos científicos, produções acadêmicas e diversos documentos que contribuíram para a pesquisa. Desse modo, foi adotada uma abordagem qualitativa de pesquisa, em que há primazia da compreensão como princípio do conhecimento, resultando em produção textual com interpretação hermenêutica (Günther, 2006).

Assim, esta pesquisa é do tipo bibliográfica - com base em material já elaborado -, descritiva – que descreve as características de determinadas populações ou fenômenos - e de campo – onde se procura o aprofundamento de uma realidade específica (Gil, 2008). A investigação contou com entrevistas gravadas e transcritas, dando voz a narrativa de um grupo de cinco (5) mulheres, com idades entre 18 e 52 anos. Assim, os dados foram organizados e interpretados nas seguintes categorias: assistência religiosa e narrativas desprezadas: pelo direito da fé, pelo método de análise de conteúdo (Bardin, 2011).

RESULTADO

O perfil socioeconômico das cinco mulheres entrevistadas é variado. Onde três são lésbicas, uma é bissexual e uma é heterossexual. As entrevistas foram realizadas de forma individual e em dupla. Visto que foi relatado existir mais hostilidade contra mulheres

LGBTQIAPN+ adeptas de religiões de matriz africana. Nas entrevistas, as internas narram sobre como recebem novos julgamentos e condenações por parte dos assistencialistas religiosos:

Sempre acontece nas visitas da assistência religiosa os evangélicos falarem olhando diretamente pra mim, que devemos esquecer a vida errada e viver conforme os ensinamentos bíblicos porque é assim que Deus vai honrar e nos tirar desse lugar. Nesse sentido eu entendo e sinto que não estou no presídio por responder um crime e necessito de reeducação para voltar a viver em sociedade, estou aqui porque desagradei a Deus e estou sendo castigada por Deus, tendo que passar pelo “purgatório”. Infelizmente além de não me sentir representada, me sinto reprimida. São diversas situações em que sou mais uma vez julgada e condenada, não pelo crime que respondo, é pelo meu desinteresse em seguir os dogmas e as doutrinas cristãs e também por não ter o estereótipo esperado pela sociedade (Selina, 10/07/2024).

Selina é bissexual e agnóstica, tem o corpo tatuado, percebe que pela a sua aparência recebe olhares de reprovação e pregações arrogantes, desprezo e exclusão das missionárias. Causando-lhe desconforto ao presenciar a assistência religiosa. Cada segregação na prisão, patrocinada pelo estado significa um castigo a mais para as mulheres encarceradas, até mesmo porque cada mulher já chega à prisão com histórias de exclusão e superação.

Sinto que a assistência religiosa ainda segrega quem não compactua com a fé que atualmente se propaga aqui. Posso exemplificar um fato ocorrido comigo em um domingo de beleza onde ocorreu “o dia da beleza”, realizado por um grupo evangélico (universal), quando pedi se poderiam cortar o meu cabelo, a missionária ao ver a guia de proteção em meu pescoço disse que não poderia, porque aquilo era falta de Deus. Deu dois passos para trás e respondeu que o tipo do meu cabelo não sabia cortar (Tatiana, 07/07/2024).

Tatiana é lésbica e Mãe de Santo, carrega guias no pescoço para a religião da Umbanda e candomblé, um fio de contas ou guia espiritual que pode ser usado para carregar um Orixá ou entidade. A narrativa mostra o preconceito e a condenação da missionária, ao ver a guia, logo julgando como algo contrário a Deus.

Consegui escutar que ela estava impondo que Fernando não podia gostar de mulher, pois caso contrário, Jesus não ia querer mais fazer uma aliança com ela. E disse a Liliane (namorada de Fernando), que ela basicamente estava ao inferno por ser lésbica e não aceitar Jesus, nos termos que ela estabeleceu, finalizar o relacionamento homossexual, uma vez essa era a razão para ela estar presa (Ingrid, 19/04/2024).

Ingrid é heterossexual, e presenciou os xingamentos das missionárias dirigidos ao casal homoafetivo na ocasião da assistência religiosa. Há 30 anos a OMS removiu o “homossexualismo” da lista de doenças. A decisão não acabou com o preconceito e discriminação.

A assistência religiosa aqui é preconceituosa, hipócrita, que difamam a nossa sexualidade, que somos abomináveis aos olhos de Deus...ela perguntou se eu tinha relações sexuais com outra mulher... que não iria falar da palavra de Deus, que era por causa desse motivo que eu estava aqui no presídio e que eu iria para o inferno e que pela bíblia a gente já teria sido morta da pior forma possível. Eu fiquei muito mal, chorei muito, eu achei que ia receber um apoio, já que ela disse que ia falar em nome de Deus (Liliane, 19/08/2024).

Liliane já vivia em união homoafetiva antes estar custodiada na unidade. Em maio de 2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), de forma unânime, equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, reconhecendo, assim, a união homoafetiva como um núcleo familiar.

Que eu deixasse o meu cabelo crescer e isso é errado...não quisesse ser um homem, eu era abominável e que Deus fez a mulher pro homem, que eu devia ser mulher pois no meu registro tem nome de mulher, eu fico muito cabisbaixo querendo desistir de tudo, eu quero fazer tratamento hormonal, eu quero ser um homem e as vezes penso que Deus me abandonou por esse motivo (Fernando 18/08/2024).

Fernando já vivia numa relação homoafetiva antes de estar custodiado. Além de perguntas invasivas, a assistência religiosa é desrespeitosa para com as pessoas LGBTQIAPN+. Como se não bastassem os índices absurdos de violência contra homossexuais no Brasil, essa violência é reproduzida com o aval do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os objetivos de analisar as abordagens religiosas explicitamente fundamentadas em ideologias classista, racista, patriarcal e homofóbica, bem como identificar as motivações que levam mulheres encarceradas a se submeterem a estas abordagens religiosas. Do ponto de vista da subjetividade feminina, o cárcere é um espaço de punição e suplício das mulheres, onde se vomita o patriarcado, o sexismo, o machismo, a homofobia, a lesbofobia e o racismo transvestidos de assistência religiosa. As colocações sexistas e homofóbicas das missionárias religiosas cristãs na prisão, constituem-se na manifestação da vontade institucionalizada, na medida que exercem uma das assistências basilares do estado para com as suas custodiadas. As pessoas são, cuja tarefa é atribuída no exercício dessa assistência, a materialização da aspiração política e jurídica do Estado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil – Problemas e desafios. Revista USP, São Paulo, Brasil, 1991.

AKOTIRENE, C. **Ó pa í, prezada!:** Racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas. São Paulo: Pólen, 2020.

BARDIN, L. (2011). **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edição 70.

BASTOS, M. **Cárcere de mulheres.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1997.

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. FBSP 2017 a 2018.

BRASIL. **Lei n. 7.210**, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Institui a lei de execução penal. 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRAUNSTEIN, H. R. Mulher encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência. **Dissertação** (Mestrado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

CARIDADE, M. A. Sexo, Mulher e Punição: a sexualidade feminina numa instituição Penal. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1988.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 3.^a ed., São Paulo: Perspectiva, 1990.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psic.: Teor. e Pesq.** 22 (2) Ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/> Acesso: 2 ago. 2024.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de Mulheres**. Rio de Janeiro: Edição Achiamé Ltda, 1983.

Ministério da Justiça, Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização: INFOPEN – Sistema de Informações Penitenciárias, 2023.

OLIVEIRA, Marina M. C. de. **A religião nos presídios**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

PERRUCCI, Maud Fragoso De Albuquerque. **Mulheres encarceradas**. São Paulo: Global, 1983.

PINHEIROS, Paulo S. **Crime, Violência e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO, Antônio Carlos. **Cela forte mulher**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2003.

QUIROGA, Ana Maria *et al.* **Religiões e Prisões**. Rio de Janeiro: Comunicações do Iser, 2012.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond; 2002.

SYKES, Greshamas. **A sociedade dos cativos**, 1999.

VILHENA, Junia de. Arquitetura da violência. Reflexão acerca do poder e da violência na cultura. **Cadernos de Psicanálise**. Rio de Janeiro, 2002.